

Acordo externo recebe críticas

"O Governo cria a expectativa de que vai sair um canhão e, depois, sai com um estilingue", afirma o ex-secretário-adjunto da Secretaria do Planejamento da Presidência da República, na gestão de João Sayad, Francisco Vidal Luna, ao comentar o intrincado processo atual de gestação de novas medidas para o ajuste das contas do setor público. Vidal Luna não acredita que os ministros da Fazenda, Mailson Ferreira da Nóbrega, e do Planejamento, João Batista de Abreu, consigam congelar a Unidade de Referência de Preços (URP) para os salários do setor público e defemdem a aplicação de um novo choque na economia.

Dois anos depois da edição do Plano Cruzado, o ex-assessor do Planejamento diz que o grande erro cometido, no conjunto de medidas heterodoxas, foi o governo Sarney não ter decretado, já em fevereiro de 1986, a moratória da dívida externa. Agora, na gestão ortodoxa de Mailson, Vidal Luna considera que o Governo escolheu a hora errada para sair da moratória, sem se apropriar de parte do deságio que o próprio mercado estabeleceu para a dívida brasileira".

Para o economista da Universidade de São Paulo, o Brasil perdeu a "grande oportunidade" de reduzir o valor de sua dívida externa, ao assinar um acordo com os bancos credores

que "não leva a lugar algum". Pelo contrário, na opinião de Vidal Luna, nos próximos meses, o País voltará a conviver com o estrangulamento cambial, em razão do compromisso de pagamento quase que integral dos juros futuros.

O assessor de Sayad diz esperar que, internamente, o ministro da Fazenda seja mais feliz na definição das medidas necessárias de ajuste econômico, com a superação das divergências que estão abalando todo o Executivo e, principalmente, os agentes produtivos. Mais Vidal Luna prevê que Mailson e João Batista não conseguirão congelar os salários da administração direta e não dispõem de "instrumentação jurídica" para cortar folha de pagamentos das empresas estatais.

CLIMA

Segundo Vidal Luna, "não há clima para a redução de salários, nem mesmo do setor público, sob pena de o Governo detonar greve geral no dia seguinte ao anúncio dos cortes". Ele também partilha das dúvidas quanto à correção dos cálculos do ministro da Fazenda de que a folha de pagamentos do Governo supera a receita fiscal projetada para o ano. "Mesmo que tenha dobrado, a folha deve ter subido de 30 para 60 por cento da receita" — estima o ex-secretário-adjunto do Planejamento.

Em sua opinião, Mailson

também não deve repetir o erro de provocar a alta dos juros para conter a inflação, via retração da demanda interna. Ao ressaltar que o próprio Governo é o grande pagador dos juros, Vidal Luna observa que, há dois anos, os encargos financeiros do setor público já representavam 5 por cento do Produto Interno Bruto (PIB) e sua elevação, no momento, só serviria para ampliar o desequilíbrio das contas governamentais e acelerar o processo recessivo da economia.

Antes de pensar em congelamento de salários, o assessor de Sayad sugere que o Governo leve avante antigos planos de reorganização da máquina governamental, com ampla reforma que traga a modernização administrativa. "O Governo Federal possui uma estrutura brutalmente deficiente. Por exemplo, os órgãos ligados ao abastecimento não têm condição alguma de exercer suas funções. Quase nada se fez no atual Governo para melhorar a máquina administrativa, com exceção da criação da Secretaria do Tesouro Nacional e a unificação orçamentária", afirma Vidal Luna.

Para complementar o ajuste das contas do Governo, o ex-assessor do Planejamento cobra também vontade política para cortar incentivos fiscais e subsídios.